



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Controladoria Geral do Distrito Federal

Conselho de Transparência e Controle Social do Distrito Federal - CTCS

MEMÓRIA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA 2017

Data: 04/10/2017 - Quarta-feira

Horário: 14h15min – 17h05min;

Local: Sala de Reunião da Casa Civil – Anexo do Palácio do Buriti - 9º andar;

Pauta:

- Aprovação da memória da reunião de 06/09/2017;
- Apresentação do 2º Concurso "Melhores Práticas em Ouvidoria" pela Ouvidoria-Geral do Distrito Federal, que terá participação do CTCS na fase de avaliação das iniciativas;
- Deliberação sobre convite ao governador, Rodrigo Rollemberg, para participar de reunião do CTCS – Observatório Social;
- Apresentação pelo Conselheiro Guilherme Carvalho (DF em Movimento) sobre a situação do Jardins Mangueiral, discutida em reunião do CTCS de 06/09/2016, ocasião em que esteve presente o presidente da Codhab, Gilson Paranhos.
- Informes gerais.

Reunião presidida por Onésimo Staffuzza – Suplente do Observatório Social Brasília representando o Presidente do Conselho de Transparência e Controle Social do Distrito Federal - CTCS, devido à impossibilidade de comparecimento do presidente e vice-presidente do CTCS, coordenada por Elisa Ribeiro da Cunha – Secretária Executiva do Conselho de Transparência e Controle Social - CTCS.

Ouvintes e Participantes: José dos Reis de Oliveira – Ouvidor-Geral do Distrito Federal - e Cecília Souza da Fonseca - Coordenadora de Planejamento da Ouvidoria-Geral do Distrito Federal.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Controladoria Geral do Distrito Federal

Conselho de Transparência e Controle Social do Distrito Federal - CTCS

	ENTIDADE	REPRESENTANTE		04/10/2017
1	Agenda 21	Titular	José Ferreira Simões	P
		Suplente	Ronaldo Seggiaro de Almeida	-
2	FECOMÉRCIO	Titular	Hélio Queiroz da Silva	-
		Suplente	Eduardo Alves de Almeida Neto	P
3	FAPE	Titular	José Brilhante Neto	J
		Suplente	José Arnaldo Pinho Rodrigues	J
4	FIBRA	Titular	Elson Ribeiro Póvoa	FI
		Suplente	Paulo Eduardo M. de Ávila e Silva	FI
5	MCCE	Titular	Carlos Alves Moura	P
		Suplente	Miguel Ângelo Martins Lara	-
6	NCST	Titular	Raimundo Salvador da Costa Braz	J
		Suplente	Marco Polo Antunes de Oliveira	J
7	CTB	Titular	Etieno de Sousa Pereira	FI
		Suplente	Manoel da Cruz e Silva	FI
8	OAB - DF	Titular	Antônio Rodrigo Machado de Sousa	FI
		Suplente	-	-
9	CRC	Titular	Adriano de Andrade Marrocos	FI
		Suplente	Darlene Paulino Rufino Lunelli	FI
10	CSB	Titular	Leandro Allan Vieira	FI
		Suplente	-	-
11	OSBrasília	Titular	Rodrigo king Lon Chia	-
		Suplente	Onésimo Staffuzza	P
12	IFC	Titular	Luís Eduardo Santiago Campos	P
		Suplente	Emerson Santos de Lima	-
13	DIEESE	Titular	Tiago Oliveira	-
		Suplente	Juliano Sander Musse	P
14	ABI	Titular	Carlos José Campbell Brisolla	P
		Suplente	Carlos Augusto Santos Assumpção	-
15	CORECON	Titular	Mário Sérgio Fernandez Sallorenzo	P
		Suplente	Mônica Beraldo Fabrício da Silva	-
16	DF em Movimento	Titular	Guilherme Alves Carvalho	P
		Suplente	Isabel Seixas Figueiredo	-
Presentes (P)				9
Faltas Injustificadas (FI)				2
Faltas Justificadas (J)				5

*Obs: as presenças e as faltas são contabilizadas por instituição.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Controladoria Geral do Distrito Federal

Conselho de Transparência e Controle Social do Distrito Federal – CTCS

O suplente do Presidente do Conselho de Transparência e Controle Social - CTCS, Onésimo Stafuzza, às 14h15min, declarou aberta a 5ª reunião ordinária do ano de 2017, no dia 04/10/2017, com 7 membros presentes.

Da aprovação da memória

A memória da 4ª Reunião Ordinária, realizada em 06/09/2017, foi aprovada por unanimidade.

Dos requerimentos

- Requerimento - Apresentação do 2º Concurso “Melhores Práticas em Ouvidoria” pela Ouvidoria-Geral do Distrito Federal, que terá participação do CTCS na fase de avaliação das iniciativas.

O conselheiro Onésimo Stafuzza convidou José dos Reis de Oliveira, Ouvidor-Geral do Distrito Federal, para apresentar sobre o concurso.

José dos Reis, Ouvidor-Geral do DF, começou apresentando o concurso de melhores práticas em Ouvidoria. Explicou que é a segunda edição dessa premiação, tendo a primeira ocorrida em 2016, e que houve um alinhamento com o presidente do CTSC, Rodrigo Chia, na fase de construção do edital para manter a parceria do Conselho na etapa de avaliação.

A apresentação possuía os seguintes tópicos:

Motivações:

- Incentivar as ouvidorias integrantes do SIGO/DF a buscarem a excelência no serviço prestado
- Reconhecer as melhores práticas e motivar os ouvidores à realização do trabalho diário e à melhoria contínua

Referências:

- Prêmios Ouvidorias Brasil – Abrarec e ABO
- Concurso de Boas Práticas da CGU

Objetivos:

- Promover maior difusão e intercâmbio de boas práticas/experiências
- Reconhecer e dar visibilidade ao papel de gestão da ouvidoria pública



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Controladoria Geral do Distrito Federal

Conselho de Transparência e Controle Social do Distrito Federal – CTCS

- Consolidar uma rede de informação a partir do intercâmbio de experiências entre as instituições governamentais
- Auxiliar na construção e manutenção de ambiente cooperativo entre servidores públicos, em favor da modernização e aprimoramento da administração pública e dos serviços oferecidos por ela.

Objeto:

Iniciativas comprováveis iniciadas a partir de 01/01/2015 até a data do lançamento do edital (08/09/2017).

Categorias:

- **Ouvidoria como ferramenta de gestão** (melhorias nos serviços públicos motivadas por demandas de ouvidoria e relatórios claros e objetivos publicados no site)
- **Comunicação interna e externa da ouvidoria** (ações sistematizadas de comunicação)
- **Projetos de Ouvidoria** (foco na atividade finalística de ouvidoria)
- **Cartas de Serviços** (analisadas com base no Guia Metodológico)

Os participantes são todas as ouvidorias seccionais do Governo do Distrito Federal integrantes do Sistema de Gestão de Ouvidorias – SIGO/DF.

As comissões são:

- I. **Organizadora:** comissão composta por 3 (três) servidores da Ouvidoria-Geral do Distrito Federal, responsável pela condução do Concurso;
- II. **Selecionadora:** comissão composta por servidores da Ouvidoria-Geral do Distrito Federal, em número a ser definido de acordo com a necessidade,
- III. **Avaliadora:** comissão composta pela Ouvidoria-Geral do Distrito Federal e Conselho de Transparência e Controle Social, em número a ser definido de acordo com a quantidade de práticas inscritas.

As etapas são

- I. Inscrição
- II. Seleção das iniciativas pela Comissão de Seleção - caráter eliminatório
- III. Julgamento e classificação



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Controladoria Geral do Distrito Federal

Conselho de Transparência e Controle Social do Distrito Federal - CTCS

Os critérios de Avaliação:

- I. **Inovação e capacidade transformadora:** A inovação da prática não se detém somente ao fato de ela ser inédita, mas também à capacidade criativa para aprimorar e simplificar processos organizacionais, procedimentos, ferramentas utilizadas, dirimir possíveis problemas e facilitar o acesso do cidadão à ouvidoria. A criatividade pode estar associada ao conteúdo em si ou à forma com que a prática foi executada.
- II. **Participação Social:** Benefício direto ou indireto do resultado da iniciativa para a sociedade, de forma individual ou coletiva.
- III. **Replicabilidade:** Praticidade, facilidade e viabilidade de implantar, permitindo o aproveitamento da experiência ou adaptação da iniciativa a outros órgãos, entidades ou esferas do Governo.

A premiação será uma placa gravada e um certificado expedido pela OGDF, sendo premiadas apenas as primeiras colocadas em cada categoria. A apresentação dos nomes das ouvidorias vencedoras será divulgada no evento “Balanço OGDF 2017” e será concedida ao órgão ou entidade, e não a um setor ou servidor específico.

Cronograma:

Publicação do regulamento no DODF	08/09
Inscrições e envio dos documentos comprobatórios	Até 16/10
Envio ao CTCS para análise	Até 22/10
Envio da análise por parte do CTCS	23/11
Confecção das placas	01/12
Evento para entrega da premiação	6/12

A Coordenadora de Planejamento da Ouvidoria-Geral do Distrito Federal, Cecília Fonseca, afirma que a parceria com o Conselho de Transparência e Controle Social - CTCS é essencial, pois a participação da sociedade civil é muito necessária.

O Ouvidor-Geral, José dos Reis, explicou que o interesse da ouvidoria é que haja a participação de três pessoas do CTCS, como no ano passado. E o edital foi divulgado com antecedência este ano para que houvesse tempo hábil para que, além da leitura do projeto, haja tempo para vivência do projeto.

O conselheiro José Simões, Agenda 21, perguntou quanto ao critério de resolubilidade se há algum critério ou categoria que avalie esse tópico.

O Ouvidor-Geral, José dos Reis, respondeu que este critério não entra na avaliação, porém, é o principal critério na premiação por desempenho.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Controladoria Geral do Distrito Federal

Conselho de Transparência e Controle Social do Distrito Federal – CTCS

A Coordenadora de Planejamento, Cecília Fonseca, explicou que este critério não é avaliado pela banca avaliadora ou pela Ouvidoria-Geral, tendo em vista que é um cálculo matemático advindo do sistema.

O Ouvidor-Geral, José dos Reis, avisou também que esses três nomes não precisam sair dessa reunião, podem ser decididos em outra data, após uma leitura calma do edital.

O Conselheiro Luiz Eduardo, IFC, propôs como encaminhamentos: a leitura do edital, a procura as instituições que avaliaram ano passado e a sugestão de nomes para esse ano.

A Coordenadora de Planejamento, Cecília Fonseca, explicou o evento e sua importância.

O conselheiro Eduardo Neto, FERCOMÉRCIO, sugeriu que fossem adiados os encaminhamentos para a próxima reunião, para que haja um maior conhecimento do prêmio.

O Ouvidor-Geral, José dos Reis, explicou que o cronograma não permite e sugeriu o envio até o dia 16/10/17 dos nomes dos integrantes do conselho que participarão ativamente do evento.

- Requerimento - Deliberação sobre convite ao Governador, Rodrigo Rollemberg, para participar de reunião do CTCS – Observatório Social.

O conselheiro Eduardo Neto, FERCOMÉRCIO, lembra que essa pauta já foi discutida no ano anterior e que é de grande importância. Acredita que a situação desde essa discussão tenha piorado. Observa que está ocorrendo certo esvaziamento na participação dos conselheiros nas reuniões do Conselho. Sugere uma discussão autocrítica dos próprios conselheiros e instituições sobre a presença nas reuniões. Afirma que uma pauta dessa envergadura não pode ser discutida sem que haja a afetiva participação, comprometimento e definição de uma pauta mais bem delineada. Logo, propõe que esse tema seja retirado de pauta e que seja discutido o futuro desse Conselho.

O conselheiro José Simões, Agenda 21, concordou com a fala do conselheiro Eduardo Neto, FERCOMÉRCIO, e quis estender outros pontos. Afirmou que percebe esse esvaziamento em todos os conselhos de categoria consultiva. Afirmou também que acredita que o motivo disso seja uma tentativa de facilitar a questão do autoritarismo e corrupções nas instituições. Logo, concorda com a necessidade da autocrítica sobre a funcionalidade do Conselho, principalmente sobre o aspecto consultivo.

O conselheiro Guilherme Carvalho, DF em Movimento, concorda com a fala dos conselheiros anteriores e salienta que esta pauta é exatamente para discutir essas questões levantadas como problemáticas com o Governador. E isso só aumenta a importância da existência do Conselho. Com a vinda do Governador pode-se pressionar uma maior urgência na alteração do Decreto, que já está saindo, e assim facilitar o trabalho do



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Controladoria Geral do Distrito Federal

Conselho de Transparência e Controle Social do Distrito Federal – CTCS

Conselho. Essa presença pode não só agilizar certos trâmites como deixar um caráter mais efetivo o Conselho aos olhos do Governo.

O conselheiro Luiz Eduardo, IFC, concorda inicialmente com a fala do conselheiro Eduardo Neto, FERCOMÉRCIO, sobre a necessidade de discutir a atuação do Conselho, ao mesmo tempo em que discorda da fala do José Simões, Agenda 21, no sentido de que forças oficiais estarem atuando com o intuito de dismantelar este conselho de forma específica. Afirmou que o único contato da estrutura governamental recebido em relação ao Conselho foi para confirmar a presença, e com muita insistência, logo, exatamente no sentido contrário a afirmação do conselheiro José Simões, Agenda 21. Acha válido pensar e avaliar a manutenção conselho em relação a que não faz questão de estar presente ou pelo menos justificar a falta. Caso necessário, a substituição de entidades desinteressadas por entidades com interesse, e, caso não haja interesse, aí sim pensar na dissolução. Mas reitera que são raras situações em que a sociedade civil tem espaço de fala e para ser escutada por um ente governamental como nesse Conselho. Não vê o Conselho tão desprestigiado assim, tanto que houve a presença do Presidente da Terracap e Subsecretário de Saúde do DF dispostos a ouvir todas as dúvidas e solicitações do grupo. Logo, cabe ao conselho se organizar e fazer perguntas pertinentes que reverberem e tenham o impacto necessário.

Voltando a pauta do convite ao Governador, o conselheiro explica que não vê sentido a presença ou até mesmo o convite sem uma pauta clara dos assuntos a serem abordados. Para que o convite seja produtor é necessária a construção de uma pauta bem clara, o conselho deve definir o que será tratado, colocar prioridades, debater internamente os assuntos e finalmente traçar a pauta desse convite. Acredita que sem esta pauta a probabilidade da discussão sejam pontos específicos de interesse de cada instituição, logo, não produtivas. Lembrou também que todas as entidades pertencentes ao Conselho terão a oportunidade de participar. Se não quiserem participar, sugere a oportunidade para que a entidade saísse ou se justificasse.

A secretária Elisa Cunha explicou o trâmite do decreto é extenso e por isso a demora. Mas já está na etapa final e deve ser publicado até novembro.

O conselheiro Ónessimo Stafuzza, OSBrasília, pediu uma melhor elaboração do encaminhamento do conselheiro Luiz Eduardo, IFC, para aprovar.

O conselheiro Luiz Eduardo, IFC, propõe como encaminhamento que no período entre as reuniões seja discutido via e-mail e whatsapp pontos a serem tratados na reunião com o Governador, os conselheiros fazem sugestões e na próxima reunião se discutiria essas sugestões para priorizar o que deveria ser pauta com o Governador ou não.

O conselheiro Juliano Sander, DIEESE, pontua de forma a reiterar a fala do conselheiro Luiz Eduardo, IFC, no que diz não trazer ou priorizar pontos específicos, mas assuntos macro pro DF e não as questões particulares de cada entidade.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Controladoria Geral do Distrito Federal

Conselho de Transparência e Controle Social do Distrito Federal – CTCS

O conselheiro Eduardo Neto, FERCOMÉRCIO, usou como exemplo a análise da discussão da crise de finanças pública do DF como pauta macro de transparência para discussão.

O conselheiro Onésimo Stafuzza, OSBrasília, explicou que de acordo com a Secretaria Executiva, Elisa Cunha, esse convite de participação do governador é antigo, mas não foi atendido. Logo, as propostas para votação hoje é a do Luiz, IFC, de e do Eduardo, FERCOMÉRCIO se completam no que diz respeito de adiar a pauta até ela estar mais bem estruturada. Sobre as faltas das entidades, sugere que se siga o regimento interno, faça-se o levantamento e as providências previstas para próxima reunião.

A secretária executiva, Elisa Cunha, ressaltou também o problema de entidades que não tomaram posse na vaga de suplente e que não enviam outro nome para a substituição.

O conselheiro Luiz Eduardo, IFC, encaminha haja a notificação às entidades e haja um prazo para a manifestação. Caso não haja interesse, que ocorra a substituição.

O conselheiro Carlos Brisolla, ABI, propõe que tenha o levantamento de quais instituições possuem conselheiros com faltas injustificadas. Com isso, sejam notificados via e-mail e que haja prazo de até 15 dias para se justificar. Sugere também como pauta para a reunião com o governador a saúde pública do DF e o compras DF, pautas antigas do conselho que estão paradas.

O conselheiro Mário Sallorenzo, CORECON, explicou sua situação de faltas e de sua entidade e sugere a possibilidade de eventualmente de colocar outro nome para representar.

A Secretária Executiva, Elisa Cunha, explica que o decreto não permite isso.

O conselheiro Onésimo Staffuzza, OSBrasília, propõe por à aprovação e por à aclamação o encaminhamento das pautas para o Governador e o levantamento das faltas, bem como, notificação das entidades sobre as providências tomadas.

- Apresentação pelo Conselheiro Guilherme Carvalho, DF em Movimento, sobre a situação do Jardins Mangueiral , discutida em reunião do CTCS de 06/09/2016, ocasião em que esteve presente o presidente da Codhab, Gilson Paranhos.

O conselheiro Guilherme Carvalho, DF em Movimento, contextualizou a situação do bairro Jardins Mangueiral reforçou a falta de agilidade da pauta, já discutida anteriormente sobre a legalidade do termo aditivo do contrato de expansão do bairro. A resposta prometida pelo presidente da CodHab em 2016 ainda não foi recebida. Houve uma audiência na Vara do Meio Ambiente do DF também em 2016, onde o Governo do Distrito Federal afirmou somente que as obras do contrato estão paradas, mas não há resposta sobre a legalidade da situação.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Controladoria Geral do Distrito Federal

Conselho de Transparência e Controle Social do Distrito Federal – CTCS

O conselheiro explicou melhor a história construção do bairro, que foi a primeira parceria público-privada para a construção habitacional do país. Explicou, ainda, a ligação da empreiteira Odebrecht e os indícios de propina para a origem do contrato.

A Controladoria-Geral do Distrito Federal criou um órgão interno para analisar as denúncias de corrupção, o chamado “Grupo de Ações Integradas de Controle”, que realizou um relatório extenso e bem completo. Porém, como dito na reunião passada o relatório só explora os equívocos do Governo anterior, estando defasada sobre algumas informações.

Atualmente está havendo o questionamento da legalidade de aditivo de contrato para a construção de mais quatro quadras no centro do bairro, conhecido como “Dente”. O terreno possui outra matrícula de terreno, não licitada no atual contrato. Há um documento do Ministério Público que explica que o terreno é área de reserva de aquífero, o que agravaria o problema de abastecimento de água no DF.

O pedido do conselheiro é que o Conselho, com seu caráter consultivo, se posicione em relação à transparência dos trâmites e às informações referentes a esse contrato, à gestão ambiental, ao repasse mensal para a manutenção do bairro, à construção e à legalidade, dando maior estrutura para o controle social já existente se fortalecer. Além disso, pede o posicionamento a favor da nulidade desse aditivo e pedido de controle da CGDF e CodHab.

Há também o problema da parceria publico-privada em relação à aparelhagem pública, inexistente até hoje no bairro.

A ouvinte Ana Paula, também moradora do bairro, pediu a palavra, apresentou-se como servidora de carreira do ministério do Meio Ambiente e explicou mais detalhadamente os problemas relacionados a Meio Ambiente com a construção da área, de um novo bairro chamado “Bonsucesso”, principalmente relacionados à crise hídrica.

O conselheiro Guilherme Carvalho, DF em Movimento, tirou dúvidas pequenas dúvidas sobre os espaços discutidos e os órgãos já acionados e o posicionamento deles para o conselho.

O conselheiro Luiz Eduardo, IFC, sugeriu que para que o conselho se posicione e recomende um posicionamento da CGDF e outros órgãos, seja observado o contexto geral que o bairro se encontra com todos os problemas apresentados. Para isso, é necessário que os membros do conselho estudem essa situação para complementar o relatório da CGDF.

O conselheiro Onésimo Staffuzza, OSBrasília, resumiu as pequenas propostas aparecidas na discussão encaminhando a nulidade do contrato e questionamento do retorno do propósito da área para o que foi planejado inicialmente (aprovado por aclamação) e o envio de ofícios para os órgãos responsáveis pelos tópicos problemáticos solicitando informações a respeito (segurança, meio ambiente, controladoria...) fundamentados na transparência e controle social (aprovado por aclamação).



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Controladoria Geral do Distrito Federal

Conselho de Transparência e Controle Social do Distrito Federal - CTCS

Dos informes gerais e encerramento

Depois de finalizados os requerimentos, Onésimo Staffuzza, suplente do presidente e do vice-presidente do CTCS, encerrou a reunião às 17h05min.